

01 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA

Órgão Especial do TJ nega recurso a Fabio Camargo

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - Depois de três adiamentos, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná concluiu o julgamento e negou ontem o agravo regimental do conselheiro afastado do Tribunal de Contas (TC) Fabio Camargo, filho do ex-presidente do TJ Clayton Camargo. O ex-deputado tenta, sem sucesso, retornar ao cargo desde novembro de 2013.

A análise do recurso já havia sido interrompida nas sessões dos dias 3 e 17 de fevereiro, quando os desembargadores José Augusto Gomes Aniceto e Robson Marques Cury, respectivamente, pediram vista do processo. Um mês depois, em 17 de março, Xavier teria de apresentar seus argumentos, no entanto, se ausentou da sessão por estar de licença do Judiciário.

Desta vez, porém, não houve mais interferências, e a maioria do colegiado, de 25 integrantes, acabou seguindo o voto da relatora, Regina Portes. Ela julgou procedente o mandado de segurança de um dos candidatos derrotados na eleição, Max Schrappe. Na peça, o empresário cita a existência de supostas irregularidades no pleito do TC, conduzido pela Assembleia Legislativa do Estado, como ausência de quórum qualificado no primeiro turno e

inconsistência na apresentação da documentação exigida.

Com isso, Camargo segue afastado do TC, pelo menos até o julgamento do mérito do caso. A assessoria de imprensa do TJ não soube informar quando isso deve ocorrer. A princípio, a próxima sessão contenciosa do Órgão Especial está marcada para 14 de abril.

Procurado pela FOLHA, o advogado Bernardo Duarte Almeida Fonseca, responsável pela defesa de Fabio Camargo, afirmou que ele e seu sócio estavam viajando ontem, motivo pelo qual uma terceira pessoa, com a qual a reportagem não conseguiu contato, foi designada para acompanhar a sessão. Segundo Fonseca, a defesa aguarda a decisão final do TJ, enquanto analisa a adoção de novas medidas.

01 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA

Justiça afasta presidente e servidores do Cisnorpi

Luís Fernando Wiltëmburg
Reportagem Local

A Justiça de Jacarezinho atendeu pedido do Ministério Público e determinou liminarmente o afastamento da diretoria do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Norte Pioneiro (Cisnorpi) para investigação de possível "inchaço" no número de procedimentos médicos prestados pela entidade. A medida atinge o prefeito de Cambará, João Mattar Olivato (PSB), que preside o consórcio, e outros seis servidores.

O Cisnorpi é um consórcio que atende 26 municípios do Norte Pioneiro, com a prestação de serviços de saúde para uma região de quase 300 mil pessoas. A fonte dos recursos são repasses do governo do Paraná, por volta de R\$ 280 mil mensais, e dos próprios municípios participantes, que varia de acordo com a população – cada cidade paga R\$ 1 por morador.

De acordo com a denúncia recebida pelo promotor Paulo José Gallotti Bonavides, o Cisnorpi incluiria no Boletim de Produção Ambulatorial (BPA) procedimentos realizados em anos anteriores. "Incluem, por exemplo, um raio-X feito em 2011 entre os feitos atualmente", indicou o promotor, que vê indícios de improbidade administrativa.

Ele afirma que, caso ocorram, ainda não é possível identificar se a medida visaria aumentar o caixa da pró-

pria instituição ou desviar o dinheiro. "Mesmo que seja para fortalecer a instituição, é uma improbidade cobrar dos municípios por aquilo que não foi feito", avisa Bonavides.

A suspeita de irregularidade chegou ao MP há cerca de três semanas, segundo Bonavides, feita por servidores e ex-servidores da entidade. Os funcionários reclamam de pressão para adulterar o BAP. Um inquérito policial já foi instaurado para apurar crimes de falsidade ideológica e de documentos.

Na semana passada, o promotor apreendeu 35 caixas com documentos desde 2011. Os valores ainda não foram estimados, já que o promotor depende de um software para fazer o cruzamento dos dados.

A presidência do Cisnorpi é ocupada pelo prefeito de uma das cidades que compõem o consórcio a cada dois anos. No comando desde março de 2013, João Olivato diz concordar com o afastamento e não deve recorrer da decisão judicial. "Isso dá mais transparência", justifica, afirmando que está com a consciência tranquila.

Ele diz que nunca percebeu qualquer irregularidade e que todos os procedimentos são feitos com base em notas fiscais, o que impediria fraudes. Em sua vacância, assume o vice-presidente, Luís Fernando Dollenz (PSDB), prefeito de Quatiguá.

01 ABR 2014

GAZETA DO POVO

» TRANSPORTE PÚBLICO

TJ-PR nega recurso que poderia baixar a tarifa

Raphael Marchiori

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) negou por unanimidade, ontem, recurso movido pela Procuradoria-Geral do Estado contra a liminar do desembargador Marques Cury. O magistrado suspendeu os efeitos da medida cautelar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) que derubava em R\$ 0,43 a tarifa técnica do transporte coletivo na Grande Curitiba. Com isso, o valor da tarifa técnica não cai.

A informação foi confirmada pela assessoria de imprensa do TJ-PR e a análise do agravo de instrumento da PGE ocorreu dentro de uma sessão denominada "contenciosa". O julgamento era uma das esperanças da administração municipal para segurar a alta da tarifa cobrada do usuário no transporte coletivo de Curitiba. Agora, para que não haja aumento, a gestão Gustavo Fruet aguarda a conclusão de processos administrativos abertos pela Urbs. Esses processos serão remetidos ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas.

Distância

A nova tarifa técnica do transporte coletivo foi definida na semana passada e o anúncio aumentou a dis-

tância entre o que é repassado aos empresários e o que é cobrado nas catracas. Segundo a Urbs, a tarifa técnica da Rede Integrada de Transportes (RIT) para 2014 será de 3,18 — 9% maior do que o valor do ano passado. Os passageiros pagam atualmente R\$ 2,70.

Para cobrir essa diferença, prefeitura e governo estadual anunciaram, na semana passada, aumentos nos subsídios repassados ao sistema — passando, respectivamente, de R\$ 2 milhões para R\$ 2,5 milhões, e de R\$ 5 milhões para R\$ 7,5 milhões. Esses novos valores, entretanto, ainda não são suficientes para equilibrar a conta do transporte coletivo.

A prefeitura chegou a enviar à Justiça um pedido de tutela antecipada para que três itens fossem cortados da tarifa técnica, o que a reduziria em mais R\$ 0,13, mas o pleito foi negado na semana passada pela Justiça. O pedido inicial dos empresários era por uma tarifa técnica de R\$ 3,33, mas outros R\$ 0,15 foram cortados administrativamente pela própria prefeitura de Curitiba.

01 ABR 2014

GAZETA DO POVO

Justiça mantém Fabio Camargo afastado do TC

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná manteve ontem o afastamento de Fabio Camargo do Tribunal de Contas do Paraná. Ele foi afastado em uma ação judicial movida por um dos concorrentes na eleição para o cargo de conselheiro do TC realizada na Assembleia Legislativa. A defesa de Camargo disse que vai recorrer na esfera federal.

» JUSTIÇA

TJ mantém Fabio Camargo fora do TC

Katna Baran

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) manteve ontem o afastamento do ex-deputado Fabio Camargo do cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná (TC-PR). O colegiado de desembargadores negou provimento ao agravo regimental interposto por Camargo em que ele tentava cassar a liminar que o afastou do TC. A defesa do conselheiro afastado chegou a pedir a suspensão do julgamento, mas o pedido não foi acatado.

O recurso de Camargo chegou a entrar na pauta de julgamento do Órgão Especial por três vezes — em 3 e 17 de fevereiro e em 17 de março. Mas a análise do caso acabou sendo interrompida por pedido de vista de algum desembargador. Ontem, o julgamento da liminar foi finalizado com o

placar de 15 a 3 contra a volta de Camargo ao TC. O Órgão Especial tem 25 desembargadores, mas alguns deles não estavam presentes na sessão.

Com a decisão de ontem, Camargo segue afastado do cargo no TC pelo menos até o julgamento do mérito do mandado de segurança impetrado pelo empresário Max Schrappe — um dos concorrentes da eleição para o cargo vencida pelo ex-deputado em julho do ano passado. O mandado foi concedido, em novembro, pela desembargadora Regina Portes, que entendeu que Camargo não apresentou a documentação necessária e não teve o número mínimo de votos para ser eleito em primeiro turno na disputa promovida pela Assembleia Legislativa. Ainda não há prazo para o julgamento do mérito do caso.

Recurso federal

Mesmo antes de os desembargadores proferirem seus votos na sessão de ontem, a defesa de Fabio Camargo tentou entrar com um pedido de suspensão do julgamento alegando a existência de inconstitucionalidade no processo. O argumento, porém, não foi acatado e a votação prosseguiu.

Um dos advogados de Camargo, Luiz Fernando Bonetti, disse que a defesa já está providenciando medidas na esfera federal na tentativa de suspender a liminar, mesmo antes do julgamento do mérito da questão pelo TJ-PR. O pedido deve ser protocolado no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e na Procuradoria-Federal da República. “A decisão do tribunal [paranaense] está indo contra disposição da

Constituição estadual e o próprio regimento interno da Assembleia”, afirmou. O dispositivo a que Bonetti se refere cita que as deliberações da Assembleia e de suas comissões “são tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros”.



Fabio Camargo: defesa vai recorrer ao STJ, em Brasília.

CONTINUA

01 ABR 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Deputados já falam em nova eleição para o cargo

Logo o Órgão Especial do TJ decidiu manter Fabio Camargo afastado do Tribunal de Contas, os deputados estaduais já começaram a falar em uma nova eleição para o cargo de conselheiro. Questionado, o presidente da Assembleia Legislativa, Valdir Rossoni (PSDB), disse que ainda não conhecia o teor da decisão, mas que iria discutir o assunto com a Procuradoria da Casa.

Durante a sessão de ontem, os deputados recebiam informações praticamente em tempo real do julgamento que ocorria simultaneamente no TJ. Assim que houve um desfecho no caso, a possível convocação de uma nova eleição para a vaga de Camargo ganhou o plenário. Apesar de considerarem a hipótese bastante viável, os deputados afirmaram que a decisão cabe a Rossoni.

O tucano evitou dar uma resposta definitiva sobre a questão. No fim do ano passado, porém, ele disse ser a favor da realização de um novo pleito. "Quem decide é a Justiça, que é isenta. Lamento não ter poderes legais para anular essa eleição e marcar uma nova", declarou.

Caso convoque um novo pleito, o presidente da Assembleia pode abrir mais uma pendência no conselho do TC. Em março de 2009, Maurício Requião teve de deixar o posto de conselheiro por supostas irregularidades no pleito que o elegeu. Dois anos depois, o próprio Rossoni anulou a eleição que escolheu Maurício e, num novo pleito, o então procurador-geral do Estado, Ivan Bonilha, foi eleito. Até hoje, no entanto, a defesa do irmão de Roberto Requião tenta na Justiça reconduzi-lo ao cargo. (ELG)

01 ABR 2014

GAZETA DO POVO

» DECISÃO



Requião tem direito à aposentadoria suspensa por Richa, diz TJ

Katná Baran

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) confirmou ontem o direito do atual senador Roberto Requião (PMDB) de receber a aposentadoria de ex-governador referente ao período em que o benefício foi suspenso pelo governador Beto Richa (PSDB), entre junho de 2011 e agosto de 2012. O julgamento foi sobre um recurso impetrado pelo governo do estado.

O cancelamento das aposentadorias de ex-governadores que, as reivindicaram após a Constituição de 1988, foi determinado por Richa em 22 de março de 2011. Os cortes atingiram também os ex-governadores Jaime Lerner, Mário Pereira e Orlando Pessuti. Em setembro de 2012, Requião conseguiu uma liminar na Justiça e voltou a receber o benefício. Mas, até então, não havia recebido o valor referente ao período em que a verba ficou bloqueada.

Valores

Segundo o advogado do senador, Guilherme de Salles Gonçalves, a decisão de ontem foi unânime e, assim, Requião receberá o valor pelo período de quinze meses em que ficou sem receber a verba. O benefício é de R\$ 25 mil por mês — o que somaria R\$ 375 mil pelo período, sem considerar uma possível correção da inflação.

01 ABR 2014

GAZETA DO POVO

Notas Políticas

Adiamento 1

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) adiou mais uma vez o julgamento do pedido de foro privilegiado impetrado pelo secretário especial do Cerimonial e Relações Internacionais do governo do Paraná, Ezequias Moreira. Pivô do caso da sogra fantasma, Ezequias pede que seja remetido ao TJ o processo criminal a que ele responde por desvio de dinheiro público.

Adiamento 2

O julgamento já havia sido adiado na última sessão do Órgão com o pedido de vista do desembargador Clayton Maranhão. Na sessão de ontem, ele votou a favor do foro privilegiado, divergindo do relator, o desembargador Shiroshi Yendo. Outros oito magistrados acompanharam a divergência apresentada por Maranhão. Porém, o julgamento foi interrompido com um pedido de vista do desembargador Luiz Panza.

01 ABR 2014

GAZETA DO POVO

» JUSTIÇA

Suspeito de mataescritor é julgado

Ellen Micoanski com informações de Rafaella Coury, especial para a Gazeta do Povo

I Começou ontem à tarde, perto das 13 horas, o julgamento de Cleverson Petreceli Schmitt, acusado pela morte do escritor Wilson Bueno em 2010. Até por volta das 20h30, cinco testemunhas, entre acusação e defesa, foram ouvidas no Tribunal do Júri, em Curitiba. A previsão era de que a sessão terminasse ainda ontem. Schmitt aguardava a decisão preso.

As duas primeiras pessoas a prestarem depoimento foram os primeiros policiais que estiveram na cena do crime. Bueno foi encontrado morto em casa, no bairro Tingui, com sinais de ferimento por faca no pescoço.

Segundo os policiais, Schmitt confessou que havia cometido o assassinato depois de serem constatadas provas contra ele — havia feito ligações do celular de Bueno pedindo um táxi e estava com o talão de cheques do escritor.

O depoimento mais longo foi do irmão adotivo de Wilson Bueno, João Fontana, que de-

clarou que a condenação de Schmitt representará o fim de um processo que se arrasta por quatro anos.

Defesa

Um dos advogados que defendem Schmitt, Maurício Zampieri de Freitas, disse que acredita na total absolvição de seu cliente. Ele alega que o acusado nunca esteve na casa da vítima.

Schmitt foi preso em junho de 2010 no município de Fazenda Rio Grande, na Região Metropolitana de Curitiba. Conforme o delegado que investigou o caso na época, o motivo para o assassinato foi o cancelamento de um cheque de R\$ 130 entregue pelo escritor à Schmitt, que era garoto de programa e tinha, então, 19 anos. De acordo com a investigação, o réu ficou irritado por não conseguir sacar o dinheiro e foi tirar satisfações com o escritor.

Faixas com frases retiradas dos 13 livros escritos por Bueno foram fixadas ontem do lado de fora da 1.ª Vara do Júri, no Centro Cívico, onde acontecia a sessão de julgamento de Schmitt. As obras do escritor foram publicadas no Brasil, México e Argentina. Bueno foi responsável também pela criação do jornal cultural Nicolau, além de ter sido colunista de diversos veículos de comunicação do Paraná.

01 ABR 2014

GAZETA DO POVO

Entrelinhas

Multas por edital

O Diário Oficial do Município de Curitiba, na edição do último dia 25, notifica cerca de 500 proprietários de veículos sobre multas por infrações de trânsito, todas cometidas nos primeiros cinco dias do mês de março. O edital informa que o proprietário tem até o dia 9 de maio para indicar o condutor infrator, apresentar defesa ou, em caso de infração de natureza leve ou média, solicitar a troca da multa por advertência. Sejam sinceros: praticamente nenhum curitibano acompanha o Diário Oficial do município, imagine então quem não mora na cidade. A notificação de multa por edital pode ocorrer apenas quando forem esgotadas as tentativas de notificação postal ou pessoal do proprietário do veículo – como determina a Resolução 404/2012 do Contran, no artigo 12. Se você é de Curitiba ou esteve na cidade, pode verificar se foi multado no site da Gazeta (gazetadopovo.com.br). Clique em "Colunistas" e a seguir em "Entrelinhas".

Histórico

Em 2009, o Ministério Público do Paraná propôs ação civil pública contra a Urbs (empresa responsável pelo gerenciamento do trânsito na capital), para obrigá-la a fazer as notificações sobre multas de trânsito por meio de carta com aviso de recebimento (AR). A ação foi proposta para garantir que o condutor tomasse conhecimento da aplicação da penalidade e tivesse plenas condições de se defender. Em dezembro daquele ano, o pedido de antecipação de tutela requerido pelo MP-PR foi aceito pela juíza Luciane Pereira Ramos, da 2ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba. Na época, segundo o MP-PR, a Urbs notificava os proprietários de veículos por AR apenas quando estabelecia prazo para apresentação de recurso. No entanto, quando o motorista não apresentava o recurso até a data limite, a segunda notificação, que avisava sobre a aplicação da penalidade, era feita por meio de carta simples e publicação dos nomes dos infratores no Diário Oficial.

A coluna procurou a Secretaria de Trânsito para saber se os condutores foram notificados por meio de carta com AR antes da publicação do edital. O órgão informou que se posicionaria até hoje.

01 ABR 2014

GAZETA DO POVO

Missa 7º dia

Familiares de

**CREsus DE COUTINHO
CAMARGO**

Convidam parentes e amigos para a missa de 7º dia
que será realizada na Igreja das Mercês,
dia 01/04/14 (terça-feira) às 19hrs.

01 ABR 2014

GAZETA DO POVO

**Celso
Nascimento**

Muita agitação

Dia agitado o de ontem:

- A Assembleia Legislativa instalou a CPI dos Condomínios para investigar supostas irregularidades cometidas por síndicos e administradoras;
- O deputado Luiz Cláudio Romanelli anunciou que proporá, na sessão de hoje, a criação da CPI dos Empréstimos, que pretende esclarecer se há mesmo discriminação política na negativa da União de liberar financiamentos para o estado ou se é o estado que não cumpre as exigências legais;
- O Tribunal de Justiça manteve afastado do Tribunal de Contas o ex-deputado Fabio Camargo, que promete recorrer ao STJ, onde já corre um processo que investiga provável tráfico de influência que levou à escolha de Camargo para ocupar cadeira de conselheiro do TC;
- O governador Beto Richa confirmou que oito secretários estaduais e cinco diretores de estatais deixam seus cargos até o próximo dia 4 para poderem disputar as eleições de outubro;

Se você juntar todos estes acontecimentos e pensar que hoje é 1.º de abril verá que toda esta agitação em quase nada vai mudar na sua vida tão logo.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Procurador-geral pede ao STF que MP volte a combater crime eleitoral

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) que declare inconstitucional uma resolução recente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que tirou do Ministério Público (MP) o poder de pedir a instauração de inquéritos policiais para investigar crimes nas eleições de 2014. "A pretexto de dispor sobre a apuração de crimes eleitorais, a resolução invadiu competência do Congresso Nacional e limitou indevidamente a atuação do Ministério Público, entre outros problemas", sustenta o procurador na ação, que tem pedido de liminar. Antes de recorrer ao Supremo, Janot já havia questionado a resolução no próprio TSE. Mas até agora o tribunal não analisou o recurso. Nas eleições anteriores, as resoluções do TSE estabeleciam expressamente que o inquérito policial eleitoral somente seria instaurado após requisição do Ministério Público ou da Justiça Eleitoral. Mas, para a eleição deste ano, a resolução do TSE entendeu que o inquérito somente será instaurado mediante determinação da Justiça Eleitoral.

01 ABR 2014

GAZETA DO POVO

Jornalista que se manifestou contra o estupro não esperava repercussão

A jornalista Nana Queiroz, de 28 anos, trocou de lugar na semana passada e virou notícia. Foi dela a ideia de promover nas redes sociais a campanha “Não mereço ser estuprada”, em que uma legião de mulheres tiraram fotos de si mesmas de topless, com a frase estampada no corpo ou em um cartaz. A foto de Nana foi tirada na frente do Congresso Nacional. A iniciativa surgiu depois de divulgada uma pesquisa do Ipea que apontou que 65% dos entrevistados consideravam que mulheres de roupa curta mereciam ser estupradas.

Ainda na quinta-feira, durante a manifestação, Nana recebeu apoio de centenas de mulheres via redes sociais, mas também foi ameaçada de estupro. No blog do jornalista Leonardo Sakamoto, ela desabafou: “senti na pele a fúria revelada pela pesquisa”. Ainda no fim de semana, Nana disse que levaria as ameaças à polícia. Entre as postagens ofensivas, um internauta chegou a dizer que já tinha estuprado mulheres e que o faria novamente.

Ontem, a presidente Dilma Rousseff postou frases de incentivo à jornalista no Twitter. “O governo e a lei estão do lado de Nana Queiroz e das mulheres ameaçadas ou vítimas de violência. Nenhuma mulher merece ser vítima de violência, seja física ou sob a forma de ameaça. A organizadora do protesto merece toda a minha solidariedade e respeito”, escreveu a presidente.

Nana diz que quando idealizou o ato não imaginou que ele tivesse tanta repercussão. “Imaginei que se eu conseguisse com pessoas para tirar foto com a mensagem seria muito. Achei que ficaria restrito ao meu círculo de amizades. Nunca imaginei que fosse chegar na presidenta da República.”

Ela conta também que quando pensou no ato conversou com o marido. “Ele disse: ‘eu não tenho o direito de ficar desconfortável, o corpo é seu’. Inclusive foi ele quem se ofereceu para tirar a foto.”

CONVITE PARA POSSE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Richa recebe o ministro do STJ Néfi Cordeiro



01 ABR 2014

METRO

Terceiro paranaense

O desembargador Federal Néfi Cordeiro entregou ontem ao governador Beto Richa (PSDB) o convite para a sua posse como ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça), que vai ocorrer na quinta-feira em Brasília. Cordeiro será o terceiro paranaense com cadeira na Corte, que já conta com os ministros Felix Fischer – presidente do órgão – e Sérgio Luiz Kukina.

O desembargador Néfi Cordeiro, acompanhado da secretária da Justiça e Cidadania, Maria Tereza Uille Gomes, convidou o governador Beto Richa, para sua posse como desembargador

O governador Beto Richa recebeu ontem, no Palácio Iguaçu, em Curitiba, o novo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o desembargador Federal Néfi Cordeiro. Acompanhado da secretária estadual da Justiça Cidadania e Direitos Humanos, Maria Tereza Uille Gomes, Néfi entregou ao governador o convite para a sua posse no STJ, que acontece nesta quinta-feira (03), em Brasília.

“É extremamente importante para o Paraná ser representado no Superior Tribunal de Justiça por uma pessoa como o desembargador Néfi Cordeiro, que vai elevar ainda mais o nome do Estado no Brasil”, destacou Richa.

Nomeado no último dia 24 para ocupar a vaga destinada a desembargadores dos Tribunais Regionais Federais (TRFs), Cordeiro é o terceiro desembargador paranaense com uma cadeira no STJ, junto aos ministros Felix Fischer – presidente do órgão – e Sérgio Luiz Kukina. “É importante que tenhamos um paranaense, alguém que conhece nossos valores e

tradições, na interpretação das leis que vão influenciar o País. Para mim, é um orgulho e uma grande responsabilidade estar à frente deste cargo, porque sei que vou criar, junto com os demais ministros, o Direito do Brasil”, afirmou.

Ele ressaltou também o bom diálogo entre o Executivo e o Judiciário na construção de propostas que contemplem toda a sociedade. “É cada vez mais importante a integração dos poderes do Estado para a resolução dos problemas da sociedade. Esta aproximação do Executivo com o Judiciário é fundamental para que tenhamos propostas que sejam eficientes a todos”, complementou.

A secretária Maria Tereza elogiou a posse do ministro e reafirmou a importância de um representante do Estado na segunda principal corte do País. “É fundamental a participação do Estado do Paraná nos Tribunais Superiores, principalmente com pessoas com a capacidade e experiência de Néfi Cordeiro, que já tem uma trajetória brilhante na magistratura”, completou.

01 ABR 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Solenidade comemora os 25 anos do TRF4

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) iniciou nesta tarde as comemorações dos 25 anos de sua instalação. No último domingo, a instituição, criada pela Constituição Federal de 1988, completou um quarto de século de existência. Uma solenidade aconteceu no Plenário e reuniu magistrados, autoridades, servidores e jurisdicionados.

A audição do Hino Nacional Brasileiro, executado pela Orquestra de Câmara do Instituto Popular de Arte e Educação (IPDAE), abriu a cerimônia. Regidos pela maestra Valquíria Morato, a orquestra é formada por jovens carentes da Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre.

A desembargadora federal Marga Inge Barth Tessler, a mais antiga da corte, fez a saudação de aniversário. Ela falou de momentos relevantes na história do TRF4 e da preocupação dos diversos dirigentes de fazer uma boa prestação jurisdicional. Aprimoramento de servidores, instalação dos Juizados Especiais Federais (JEFs), interiorização, especialização de varas, julgamentos por videoconferência, entre outras iniciativas, foram apontadas por Marga. "Hoje comemoramos os 25 anos da instituição e se pode afirmar que o TRF4 é um tribunal adulto".

01 ABR 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

TJ-PR mantém Fábio Camargo afastado do TCE

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), composto por 25 desembargadores, nesta segunda-feira (31), manteve o afastamento do conselheiro afastado do Tribunal de Contas (TCE) Fábio Camargo.

O colegiado desconheceu um agravo regimental proposto por Camargo e o manteve afastado até o julgamento do mérito de uma liminar concedida pela desembargadora Regina Portes. O julgamento havia sido interrompido três vezes antes por pedidos de vista de magistrados.

Camargo queria retornar ao cargo até que os desembargadores julgassem o mérito de outro caso, um mandado de segurança que o tirou do TCE em novembro do ano passado.

METRO



Decisão mantém Fábio Camargo sem cargo

O Órgão Especial do TJ-PR (Tribunal de Justiça do Paraná) negou ontem um agravo regimental do ex-conselheiro do TCE-PR (Tribunal de Contas do Estado do Paraná) e o manteve fora do posto de conselheiro da Corte. A decisão foi por maioria de votos entre os 25 desembargadores do grupo.

Camargo foi eleito no ano passado pelos deputados estaduais para assumir o posto no TCE, mas duas decisões judiciais o retiraram do cargo. Uma delas é uma liminar do próprio TJ, a outra é de primeira instância e anulou as eleições. METRO CURITIBA

01 ABR 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Notas políticas

Armas nos fóruns

Em pronunciamento na tribuna da Assembleia Legislativa nesta segunda-feira (31), o deputado Douglas Fabrício (PPS) afirmou que o recente assalto ao Juizado Especial do bairro Água Verde, em Curitiba, poderia ter sido evitado. "O roubo não ocorreria se as armas estivessem no quartel da Polícia Militar", afirmou o deputado.

01 ABR 2014

BEMPARANÁ

TJ mantém afastamento de ex-conselheiro

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça (TJ/PR) manteve ontem o afastamento do ex-deputado estadual Fábio Camargo do cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Os desembargadores rejeitaram recurso da defesa de Camargo, que foi afastado do posto em novembro do ano passado, por liminar concedida pela desembargadora Regina Portes, atendendo a ação do empresário Max Schrappe, que disputou com ele a eleição para conselheiro do TCE.

Na ação, o empresário pediu a anulação da eleição no dia 17 de outubro, alegando que Camargo não apresentou a documentação exigida para disputar a eleição, entre elas certidões negativas de ações na Justiça. Ele também alegou que, com os 54 deputados estaduais estavam presentes à sessão, Camargo deveria obter pelo menos 28 votos para ser eleito no primeiro turno, de acordo com ato da comissão especial da Assembleia Legislativa que analisava as candidaturas. Camargo foi eleito para a vaga no Tribunal de Contas no dia 15 de julho, em disputa apertada com 27 votos contra 22 do também deputado Plauto Miró Guimarães (DEM).

Ontem, a defesa de Camargo tentou ainda pedir a suspensão do julgamento, alegando a ocorrência de um "incidente de inconstitucionalidade", mas o pedido foi rejeitado. Os advogados do ex-conselheiro afirmaram ainda que devem recorrer ao Superior Tribunal de Justiça antes do julgamento do mérito do caso pelo TJ/PR.

Segundo informações de bastidores da Assembleia, Camargo pode renunciar de vez ao Posto de conselheiro do TCE ainda esta semana para se candidatar novamente a um mandato de deputado estadual. Por lei, quem ocupa cargos no Judiciário tem até seis meses antes da eleição para se desincompatibilizar e se filiar a um partido a tempo de concorrer. A avaliação é que Camargo argumentaria juridicamente uma analogia entre seu cargo no TCE e a carreira no Judiciário para sustentar uma filiação e uma candidatura nesse prazo.

01 ABR 2014

FOLHA DE S. PAULO

TSE tenta

pôr fim a

doações não

identificadas

Norma do tribunal exige que siglas revelem origem e destino de verbas

Em 2012, os cinco maiores doadores destinaram 97% a direções partidárias ou comitês eleitorais

SEVERINO MOTTA
DE BRASÍLIA

O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) aprovou uma regra para as eleições deste ano que tem o objetivo de acabar com as chamadas “doações ocultas”, dinheiro repassado aos candidatos sem que seja possível identificar a empresa responsável pela doação.

Resolução aprovada pelo tribunal no final de fevereiro determina que, a partir de agora, partidos que receberem recursos de empresas ou pessoas físicas e os repassarem a candidatos terão que divulgar claramente na prestação de contas a quem pertencia o dinheiro que acabou chegando aos candidatos.

Até então as doações ocultas funcionavam da seguinte forma: uma empresa que não queria ter seu nome vinculado ao político fazia a doação

ao partido ou ao comitê eleitoral. A legenda ou o comitê “misturavam” o dinheiro em seu caixa único antes de repassá-la ao candidato, dificultando bastante a identificação final entre doador e beneficiado.

O mecanismo das doações ocultas foi utilizado de forma ampla nas eleições passadas. As cinco maiores doadoras das campanhas —Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, OAS, Camargo Corrêa e o braço da Vale na produção de fertilizantes— repassaram R\$ 226,2 milhões para as eleições em 2012.

Do montante, R\$ 220, milhões —ou 97% do total— foram repassados às direções partidárias ou aos comitês eleitorais. Assim, quando o partido ou comitê enviava o dinheiro para o candidato era praticamente impossível saber que empresa investiu em cada campanha.

Para o TSE, a resolução dará maior transparência. A prestação de contas final das campanhas é divulgada após o pleito. Os dados são disponibilizados pelo tribunal em sua página na internet.

FOLHA DE S. PAULO

Justiça autoriza cadela a usar área social de prédio

01 ABR 2014

Condomínio do Rio permitia que animal, que tem artrose, passasse só pela garagem

BRUNO CALIXTO
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, DO RIO

Liminar concedida pela Justiça do Rio autorizou uma cadela que sofre de artrose a transitar pelas áreas social e de serviço de um condomínio na Barra da Tijuca, no Rio.

Com a decisão, a boxer Nahla, 12, não terá mais que passar pela garagem para entrar e sair do prédio. Com dificuldade de locomoção, o animal não conseguia subir e descer a rampa.

Antes de recorrer à Justiça, a publicitária Sabrina Zamith, 35, dona de Nahla, conta que decidiu conversar com a síndica. “Ela me sugeriu pegar Nahla no colo e continuar

passando pela garagem, mas ela é pesada, impossível de carregar”, contou.

Em laudo anexado à ação, o médico veterinário Fred Ribeiro afirma que Nahla sofre de displaxia coxo-femural.

Segundo o laudo, a doença é incurável, restando apenas medicação e fisioterapia. Aponta ainda que, para amenizar o sofrimento da boxer, deve se evitar que ela suba lajeiras ou escadas.

“Nahla teve crises muito graves ao longo dos três últimos anos, por isso é recomendável andar apenas no plano”, diz o veterinário.

O condomínio não respondeu às perguntas da **Folha** até a conclusão desta edição.

Indústria deve colher toda a laranja, insiste Justiça

A Citrus BR, entidade que reúne as indústrias de suco de laranja, vai recorrer contra a decisão do colegiado do Tribunal Regional do Trabalho de Campinas (SP) que manteve o entendimento da primeira instância de determinar que o plantio, os tratamentos culturais e a colheita de todas as laranjas que processarem sejam feitos pelas empresas.

Em março de 2013, juiz da Vara do Trabalho de Matão (SP) fixou ainda pagamento de multa de R\$ 455 milhões, agora reduzida para R\$ 100 milhões pelo TRT, por “danos morais por irregularidades trabalhistas no campo”.

Segundo o diretor-executivo da Citrus BR, Ibiapaba Netto, as empresas vão recorrer ao Tribunal Superior do Trabalho assim que a decisão for publicada. “As indústrias não praticam a terceirização em seus pomares. Também não querem se intrometer na vida do citricultor”, afirma.

“Essa [a determinação do colegiado do TRT] é uma decisão fora da realidade”, afirma Marco Antônio dos Santos, presidente da Câmara Setorial da Laranja e do Sindicato Rural de Taquaritinga. “Se isso for aprovado, o citricultor vai virar um arrendatário de terra.”

Justiça autoriza quebra de sigilo de delegado

A Justiça autorizou a quebra de sigilo fiscal e bancário do delegado Fabio Pinheiro Lopes. Ele é alvo de uma investigação do Ministério Público Estadual, que apura um suposto enriquecimento ilícito. A investigação corre em segredo de Justiça.

Procurado pela reportagem, o Deic, da Polícia Civil, não informou quem é o advogado de Lopes para comentar o caso.

A reportagem não conseguiu contato com a defesa do delegado até a conclusão desta edição.

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

REGRAS CLARAS

01 ABR 2014

O Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), ligado à Presidência da República, aprovou resolução que, na prática, proíbe propaganda voltada para menores de idade no Brasil. O texto, que o órgão considera ter força de lei, torna abusivo o direcionamento de publicidade a esse público, com a intenção de persuadi-lo “para o consumo de qualquer produto ou serviço”.

REGRA 2

Para o conselho, a publicidade infantil contraria a Constituição e o Estatuto da Criança e do Adolescente. O documento está na assessoria jurídica da Secretaria de Direitos Humanos e deve ser publicado nos próximos dias no “Diário Oficial”. Segundo a secretaria, passa a valer imediatamente. Deve servir de base para ações contra anunciantes e agências publicitárias. A resolução só libera campanhas de utilidade pública sobre alimentação, educação e saúde.

NOVA FRENTE

O Conanda sabe que mexe num vespeiro. Associações de anunciantes e empresas travam há anos batalha para impedir a aprovação de leis dessa natureza. A crença é a de que agora devem recorrer à Justiça para impedir que a decisão do conselho seja cumprida.

01 ABR 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Homicídios e impunidade

Com 16 cidades, o Brasil está em primeiro lugar no ranking das 50 cidades com mais de 300 mil habitantes e fora de áreas de guerra mais violentas do mundo, preparado anualmente pela organização não governamental mexicana Conselho Cidadão para Segurança Pública e Justiça Penal AC. O México, hoje célebre pelo derramamento de sangue provocado pelos cartéis de drogas, tem 9 cidades listadas. A América Latina predomina nessa modalidade sangrenta: das 50 cidades, somente 7, ou seja, 14% não estão no subcontinente: 3 na África do Sul e 4 nos EUA (Detroit, Nova Orleans, Baltimore e Saint Louis). Este levantamento leva em conta a taxa de homicídios por grupo de 100 mil habitantes em cada ano, de acordo com dados oficiais tornados disponíveis pelos governos pela internet. No ano passado, San Pedro Sula, em Honduras, na América Central, liderou a lista macabra com 1.218 homicídios, ou seja, 150 por grupo de 100 mil habitantes, 16 vezes o índice registrado em São Paulo no período.

Das 16 cidades brasileiras que estão na lista, 15 são capitais estaduais e 3 estão entre as 10 mais violentas do planeta. A recordista brasileira, Maceió (AL), com 79,76 homicídios por 100 mil habitantes, ficou em 5.º lugar na lista mundial. Logo abaixo, estão Fortaleza (CE), com 72,81, em 7.º lugar; e

João Pessoa (PB), com 66,92, em 9.º. As outras 12 capitais são: Natal (RN), com 57,62, em 12.º; Salvador (BA), com 57,61, em 13.º; Vitória (ES), com 57,39, em 14.º; São Luís (MA), com 57,04, em 15.º; Belém (PA), com 48,23, em 16.º; Goiânia (GO), com 44,56, em 28.º; Cuiabá, com 43,95, em 29.º; Manaus (AM), com 42,53, em 31.º; Recife (PE), com 36,82, em 39.º; Macapá (AP), com 36,59 em 40.º; Belo Horizonte (MG), com 34,73, em 44.º; e Aracaju (SE), com 33,36, em 46.º. A única que não é capital, Campina Grande (PB), contabiliza 46 homicídios por 100 mil habitantes e ficou em 25.º lugar. Como Natal e Aracaju, a cidade paraibana estreou na lista no ano passado, enquanto Brasília e Curitiba saíram dela.

As duas maiores metrópoles brasileiras, São Paulo e Rio, ficaram mais uma vez fora da relação, confirmando a tendência, registrada desde o início deste século 21, de migração dos homicídios dos maiores conglomerados urbanos para municípios de porte médio. De acordo com Julio Jacobo Waiselfisz, coordenador do Mapa da Violência do Brasil, esse aumento da criminalidade em oito capitais (e uma cidade do interior) de Estados nordestinos, três nortistas, duas do Centro-Oeste e duas do Sudeste se deve à interrupção do fluxo migratório das regiões mais pobres para os centros urbanos mais populosos e ricos e aos investimentos federais em cidades médias. “O crime orga-

nizado se nacionaliza e encontra nessas capitais de Estados menores um sistema precário”, explicou ele.

O caso de Maceió, cidade com mais homicídios no Brasil e quinta mais violenta do planeta, também resulta das frequentes greves de policiais nos anos 2000, o que agravou o quadro generalizado no País de ineficiência e falta de preparo técnico da força policial encarregada de reprimir o crime. Além disso, o Estado de Alagoas tem uma antiga tradição de violência, ampliada pela impunidade, que protege tanto figurões da política quanto agentes da lei que se organizam em milícias e esquadrões da morte.

O levantamento revela um quadro preocupante e desafiador: as 50 cidades mais violentas do mundo têm índices assustadores de homicídio, que vão de três a oito vezes o índice considerado epidêmico pela Organização Mundial de Saúde (OMS): 10 por 100 mil.

Inquieta ainda a reação padronizada e burocrática aos fatos das Secretarias da Segurança dos Estados em que ficam as cidades listadas. Todos garantem que estão adotando medidas para reduzir as taxas de violência. Os secretários de Segurança Pública do Ceará, de Pernambuco, de Minas Gerais e de Mato Grosso falam em formação policial, punição de maus agentes e melhora da gestão. Mas a realidade mostra que tais medidas, quando são adotadas, não têm sido ineficazes.

01 ABR 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Carandiru: defesa usa famílias de PMs em júri

Como parte da estratégia, parentes abordaram jurados na porta do Fórum, no primeiro dia da última etapa de julgamentos do massacre

Luciano Bottini Filho

Parentes e amigos dos 15 policiais militares acusados de matar 8 dos 111 detentos assassinados no Carandiru, em 1992, que começaram a ser julgados ontem, adotaram a estratégia de abordar os jurados na porta do Fórum Criminal da Barra Funda, na zona oeste de São Paulo.

“Ei, você, que pode ser jurado, absolva já”, disse o deputado estadual major Olímpio, antes da escolha dos seis homens e uma mulher, entre 25 convocados, que formaram o corpo de jurados. Havia cartazes contra o “massacre dos PMs” e um boneco fardado deitado no chão como se estivesse morto, com tinta vermelha e uma cruz.

Após a condenação de 58 réus nos três primeiros julgamentos, a defesa decidiu que os familiares deveriam participar. PMs cadeirantes, feridos em ação, também estiveram na plateia.

“Pediram para que nós não viéssemos no outro (júri). Agora, já pediram que a gente viesse. Nós temos vontade de nos manifestar”, disse Rute Salgado, mulher do coronel reformado Ariovaldo Sérgio Salgado, que liderou os policiais do Comando de Operações Especiais (COE) no dia da invasão ao Carandiru, no terceiro andar do Pavilhão 9.

“Estou indignada com os resultados anteriores. Todos esses que estão sendo julgados hoje dedicaram a vida inteira à PM. Ele (Salgado) sempre foi um homem correto na carreira.” Salgado, de 57 anos, trabalhou na PM desde os 15 e foi reformado em 2010, quando era chefe de gabinete do então comandante-geral, Alvaro Batista

CRONOLOGIA

Abril de 2013

26 PMs foram condenados a 156 anos de prisão pela morte de 13 detentos do 1.º andar do Pavilhão 9 do Carandiru.

Agosto de 2013

25 PMs foram condenados a 624 anos de prisão pela morte de 52 detentos do 2.º andar.

Março de 2014

9 PMs foram condenados a 96 anos de prisão e um PM a 104 anos pela morte de 8 detentos do 4.º andar.

Camilo. Ontem, ele foi o primeiro a ser interrogado e, assim como os demais, apenas respondeu às perguntas do juiz. Sua mulher não acompanhou a fala do marido.

Condenação. Uma das perguntas feitas pela Promotoria que o réu deixou de responder é se ele já havia sido condenado por homicídio em um Tribunal do Júri. Em março, o Tribunal de Justiça de São Paulo decidiu que o júri, pelo qual Salgado havia sido condenado a 6 anos e 6 meses no regime semiaberto pela morte de um homem, em Guarulhos, em 1981, deveria ser anulado. A vítima fugiu para a casa da mãe, de onde foi levada algemada até ser morta em um terreno baldio, depois de um suposto confronto onde teria dado tiros contra a PM, segundo a versão da polícia. O novo julgamento está marcado para o dia 8.

O tenente-coronel Armando da Silva Moreira, terceiro a ser interrogado, chegou a responder também às perguntas da Promotoria, mas contradisse os colegas, afirmando que usava um colete. Ele foi o único a admitir que revidou com tiros e fez um detento cair.

A previsão do juiz Rodrigo Tellini, por volta das 20h de ontem, era de que a audiência fosse suspensa somente quando todos os réus fossem interrogados. Até as 21h, isso só tinha sido feito com 7 dos 15 PMs.